

5

AS PALAVRAS NA EVOCAÇÃO DAS COISAS: DOS TERMOS FEMICÍDIO E FEMINICÍDIO

Mayra Rodrigues Gomes (ECA-USP)

A apresentação do mundo

Já faz alguns anos que nos dedicamos à empreitada de explicar, da forma mais acessível e heterodoxa, a propriedade primeira das palavras, a saber, a da criação de mundos. Estivemos, então e agora, maravilhados com essa potência e suas implicações. Tentamos explicitar por meio da ideia das compartimentações, dos enquadramentos, do quadriculamento do espaço, físico ou cultural, que se presta ao intuito de organizar e controlar, sempre a serviço de mostrar a realidade a ser vivida. Cada palavra opera como pequena caixa a conter e preservar o mistério das coisas, porque ela mesma as dispõe.

Procuramos explicar o processo de cisão que isola campos sobre uma massa amorfa (uma nebulosa, para Ferdinand de Saussure; uma substância pré-semiótica, para Louis Hjelmslev; o indeterminado, para Gilles Deleuze; o *Aion*...). Através dos três registros lacanianos – o Real, o Simbólico e o Imaginário – procuramos

mostrar a realidade como produto do embate entre Real (o incognoscível) e Simbólico (a legibilidade das coisas), no afã humano de significar e imprimir sentido a tudo. Cada palavra se dá como o lar das significações que se amarram e se constroem a partir dela.

Tateamos a demonstração da potência do simbólico e encontramos sua melhor expressão nas palavras de Pierre Bourdieu:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2001, p. 14, grifo nosso).

Ou seja, aquilo que queríamos explicar prefere permanecer em segredo, no mínimo por duas razões: para manutenção do poder simbólico que depende de

uma crença e, como piedade, para preservação das ilusões em que nos ancoramos por identificação. Cada palavra deve ser pensada em seu envolvimento num jogo de faz de conta. E foi assim que chegamos a uma melhor resolução para o intento de esclarecer a primordial propriedade das palavras. Tratava-se, nada menos, de recuperar algo que havia sido feito no final do século 19, arrastando-se pela primeira metade do século 20. Tratava-se de revisitar as críticas às teorias clássicas da representação, ou seja, de mostrar a distância incomensurável entre as palavras e as coisas, de mostrar que as coisas são como as palavras as põem, quando as põem, e que, portanto, há sempre um mundo por vir, conforme uma *poiesis* propuser.

Era uma questão um tanto fácil a de demonstrar que os referentes não são trazidos pelas palavras em seu status per se, que as tartarugas, em sua materialidade, ausentam-se das palavras, permitindo assim um lapso; lapso entre signo e referente, em que toda imaginação mergulha, toda arte se esparrama e toda filosofia se regala. Também era fácil mostrar que o Saci, figura sem materialidade física, não está lá na palavra que o bordejia, embora esteja lá a partir de sua palavra.

Arrematando, era fácil mostrar que Wittgenstein tinha razão (e também contar com seu prestígio) ao afirmar que afinal, quando falamos em representação, estamos sempre no registro de uma “apresentação” do mundo. Por isso lançamos mão de uma metáfora, inspirada em título de quadro de Remédios Varo (*Bordando el manto terrestre*), para dar conta do efeito geral: o conjunto das palavras de uma língua compõem uma espécie de manto do mundo, manto com o qual nos vestimos.

Entre narrativa e discurso

Parte do que pretendemos expor nesse trecho foi desenvolvida em artigo por nós anteriormente publicado (GOMES, 2015). Com esse artigo queríamos mostrar a disposição narrativa e discursiva que habita qualquer palavra. Também aqui temos este propósito, ligado à demonstração de que as palavras são as verdadeiras criadoras das coisas do mundo a ser vivido.

Em seu estatuto como unidade básica, signos, ou palavras, são repositórios das características que definem uma linguagem. Ora, entendemos linguagem como um dispositivo inato que, como tal, traz consigo as regras de articulação entre termos, regras que se aplicam, automaticamente, tanto à produção e estruturação de frases quanto à constituição de uma simples representação, como a das palavras em relação às coisas. Para esclarecimentos, inserimos aqui as colocações de Noam Chomsky que nos inspiram nesse trajeto conceitual:

Não é surpreendente que a Linguagem tenha exercido tanto fascínio no correr dos anos. A faculdade humana de linguagem parece ser uma verdadeira “propriedade da espécie”, variando pouco entre as pessoas e sem um correlato significativo em qualquer outra parte. Provavelmente, os correlatos mais próximos se encontram em insetos, a uma distância evolucionária de um bilhão de anos. O sistema de comunicação das abelhas, por exemplo, partilha com a linguagem humana a propriedade de “referência deslocada”, nossa habilidade de falar sobre algo que esteja distante de nós no espaço e no tempo; as abelhas usam uma intrincada “dança” para comunicar a direção, distância e desiderabilidade de uma fonte distinta de mel. Não se conhece nada semelhante em qualquer outra parte da natureza. Mesmo nesse caso, a analogia é muito fraca. A aprendizagem vocal evoluiu nos pássaros, mas em três grupos não-relacionados, e independentemente, presume-se; aqui as analogias com a linguagem humana são ainda mais superficiais.

A linguagem humana parece estar biologicamente isolada em suas propriedades essenciais e ser um desenvolvimento na verdade recente sob uma perspectiva evolucionista. Não há hoje nenhuma razão séria para se desafiar a visão cartesiana de que a habilidade de usar signos linguísticos para expressar pensamentos formados livremente marque “a verdadeira distinção entre o homem e o animal” ou a máquina, quer se entendam por “máquina” os autômatos que ocuparam a imaginação dos séculos XVII e XVIII ou os que hoje estão fornecendo um estímulo ao pensamento e à imaginação. [...]

A linguagem humana se baseia numa propriedade elementar que também parece ser uma propriedade biologicamente isolada: a propriedade da infinidade discreta, manifestada na sua forma mais pura pelos números naturais 1, 2, 3... As crianças não aprendem essa propriedade do sistema numeral. A menos que a mente já possua os princípios básicos, nenhuma quantidade de evidência poderia fornecê-los, e eles estão completamente além dos limites intelectuais de outros organismos (CHOMSKY, 1998, p. 17-18).

Estamos, pois, alinhados com a ideia de que essa competência inata, com suas articulações geracionais, já se encontra no simples gesto de simbolizar, na ação primeira de isolar campos que permitem as posteriores articulações linguísticas. Entendemos que os blocos isolados seguem regras de formação e efetivação compatíveis com as de estruturação/articulação das linguagens. Tanto assim que os processos de diferenciação, de relação entre opostos, de articulação em níveis e de sequencialidade lógica e espaço/temporal, podem ser visto em espelhamento, seja nas unidades mínimas, seja nos enunciados ou nos discursos.

Há um parentesco genético entre sintaxe e tudo o mais que é das linguagens, porque tal parentesco é, na realidade, o elemento que nos permite qualquer operação simbólica. É certo que não temos consciência de tudo o que fazemos com as palavras, dos mundos com elas criados e de nosso entendimento de mundo a partir delas, pois, como patrimônio genético que assinala o advento do humano do ponto de vista do exercício de razão, as linguagens têm a função e valor de instinto.

Ora, duas derivações das propriedades da linguagem, sempre considerando sua combinação com os formatos de uma cultura, têm sido examinadas com afincamento em virtude

da espontaneidade com que as exercemos. Trata-se de nossa propensão a contar histórias, melhor ainda, converter em narrativa todos os dados, acontecimentos e experiências, e de nossa propensão à cristalização de expectativas, embutindo-as no quadro constituído por cada bloco/palavra representacional atravessados pelos dados da cultura que os subsume.

Jerome Bruner, entre outros, assinala nossa tendência a contar um conto, indicando que o convívio com a narrativa e seu exercício começa em tenra idade e que sabemos automaticamente como construí-la. Assim fazendo, ele afirma que, por isso mesmo, precisamos refletir sobre a narrativa, no mínimo para sairmos do nível intuitivo, de tudo que está implícito na arte de contar histórias. “Somos tão adeptos da narrativa que ela nos parece ser quase tão natural quanto a própria linguagem” (BRUNER, 2014, p. 13).

Ora, o trajeto conceitual anterior se presta a mostrar que as narrativas nos acometem juntamente com a competência linguística, que elas são extensão das mesmas articulações de competência, que conservam as mesmas propriedades básicas e, sobretudo, constituem um processo, em escala maximizada, de apreensão do mundo. Elas são, de fato, tão naturais quanto a própria linguagem.

Nesse caso, resta-nos uma última e simples aproximação quanto à nossa propensão às narrativas. Uma sintaxe já nos dá a matriz e essência das narrativas: um sujeito (pessoa, coisa, ideia...) é ator ou receptor de uma ação ou estado que se reparte sobre os objetos e atributos elencados em uma frase, dentro de uma sequência temporal.

Dizemos isto porque consideramos, a partir de Charaudeau e Maingueneau, que:

Um certo número de critérios incitam a reconhecer um “ar familiar” comum a formas narrativas semiolinguisticamente tão diversas quanto contos, filmes, histórias em quadrinho, romances, histórias engraçadas, narrativas de sonhos, fábulas ou parábolas. Reconhecendo que a narrativa é gradual (ADAM, 1997), digamos que, para que haja narrativa, inicialmente é preciso a representação de uma *sucessão temporal de ações*; em seguida, que uma *transformação* mais ou menos importante de *certas propriedades iniciais* dos actantes seja bem sucedida ou fracassada, enfim, é preciso que uma *elaboração da intriga* estructure e dê sentido a essa sucessão de ações e eventos no tempo. A realização dessa última condição permite não confundir uma narrativa propriamente dita de uma simples descrição ou relação de ações ou o retrato de uma personagem por seus atos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 342, grifos do autor).

E desse modo,

tais critérios nos ajudam a identificar a receita sintática inerente às narrativas e, também, a reconhecer, na produção midiática, em seus diversos suportes, gêneros e tamanhos, aqueles que comportarão uma narrativa nos moldes acima descritos. Por outro lado, devemos reter como pano de fundo, até mesmo por coerência com nossa condução da narrativa ao registro dos instintos, a inclinação à narrativa com a qual até uma simples lista de supermercado, no mínimo por implicação, conta muitas histórias (GOMES, 2015, p. 3).

Ora, quando pensamos em narratividade como propensão inata que permeia todo o campo das linguagens e já habita suas unidades básicas, só podemos estar em uma ótica das palavras, uma simples que seja, enquanto “um ponto de cristalização semântica” (MAINGUENEAU, 2008, p. 80) em que pulsa uma estrutura sintática. Esta, por sua vez, ao invocar sujeitos e objetos, convoca as posições destes no quadro maior da cultura que os embala.

Se não devemos pensar as palavras por sua virtualidade no léxico, mas por sua posição semântica, pelas cristalizações semânticas que elas marcam, do mesmo modo não podemos pensá-las, narrativas que são, fora de um quadro maior em que fazem sentido, em que as cristalizações encontram seu código de leitura.

Mas seria errado pensar que, em um discurso, as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. Conhecemos, por exemplo, a voga extraordinária que teve uma palavra como *estrutura* na crítica literária dos anos 1960 em contextos em que *sistema*, *organização*, *totalidade*, ou, mais trivialmente, *plano*, teriam dito a mesma coisa. É que a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência (MAINGUENEAU, 2008, p. 81, grifos do autor).

Afinal, é nos discursos que as significações se encarnam, é neles que as palavras encontram a atualização de seu valor narrativo e seu poder de criar novas perspectivas da realidade, novas posições de sujeito.

Algumas palavras

Como sabemos, as palavras estão sempre em trânsito, às vezes bastante solicitadas, às vezes esquecidas, em desuso e anacrônicas. Algumas são invenções modernas para dar conta de fatos recorrentes que, como tal, merecem atenção e ocupam, na realidade vivida, uma parcela substancial de casos nunca vistos em seu significado em relação ao conjunto, portanto, em seu significado no contexto social. Quando criadas, distribuem condições especiais, funcionam como uma seta cartográfica apontando ostensivamente para determinado espaço. O surgimento das palavras *femicídio* e *feminicídio* ilustra, com perfeição, essa propriedade das palavras e tudo o mais que, conceitualmente, procuramos expor na primeira parte do presente texto.

Diversas fontes fazem referência ao termo *femicídio* (*femicide*) como primeiramente empregado pela socióloga Diana Russel, em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas. Diana Russel e Jill Radford escreveram o livro *Femicide: the politics of woman killing* com o qual o termo foi definitivamente colocado em seu teor, a saber, como referência aos assassinatos de mulheres em virtude de serem mulheres.

Algum tempo depois, na década de 1990, a antropóloga Marcela Lagarde, a propósito das mortes violentas de mulheres na Ciudad Juárez, no México, começou a empregar o termo feminicídio em substituição a femicídio. Houve tentativas de desvincular um termo do outro, aproximando o segundo dos assassinatos de mulheres em geral e o primeiro dos assassinatos de mulheres por sua condição feminina, ou seja, como crime de ódio e crime de gênero.

No entanto, tanto um termo quanto outro têm sido igualmente empregados, ambos designando um crime que emerge da desigualdade de gêneros, da posição prevalente do homem que se julga no direito de decidir sobre a vida das mulheres, no direito de infringir normas, sob as mais diversas argumentações, com resultados abusivos e letais.

Designam, sobretudo, culturas que acolhem essa prerrogativa sobre o corpo das mulheres como se fosse um direito natural. Culturas coniventes com os atos criminosos, por não considerá-los como infração. Uma ótima definição do termo nos é dada por Contardo Calligaris:

Há feminicídio quando uma mulher é morta por ela ser mulher. A lei do feminicídio (13.104/2015) reconhece nele um crime de ódio: trata-se de odiar e matar uma mulher por sua diferença, por ela ser mulher. Esse ódio do diferente está presente em grande parte da violência contra a mulher: o estuprador, por exemplo, não age por gostar “demais” das mulheres e não conseguir se controlar. O inenarrável deputado Jair Bolsonaro fala como se quisesse estuprar mulheres que acha gostosas. É um erro primário: sem exceções conhecidas, quem estupra odeia a sua vítima (e o feminino em geral) (CALLIGARIS, 2017).

Em outro trecho o autor se refere ao que é para nós um efeito da criação e aplicação do termo feminicídio:

Não precisou que as bruxas existissem para que 50 mil mulheres fossem queimadas vivas, enforcadas, afogadas e torturadas ao longo de poucos séculos, que, aliás, terminaram anteontem, menos de 300 anos atrás. [...]

Enfim, a caça às bruxas foi uma enorme onda de feminicídios, bem na aurora da modernidade (CALLIGARIS, 2017).

Uma onda que era interpretada como ato de justiça ou ato político: a Igreja Católica legitimando-se contra heresias. É preciso que uma palavra nasça para que essa onda, passada ou presente, receba um outro olhar e possa ser vista como uma constante que atravessa a história da humanidade. Que a razão do feminicídio seja reafirmação de poder sobre as mulheres, repressão e controle visando a soberania do masculino ou simplesmente uma psicopatologia, no sentido do ódio de gênero, o fato é que com a palavra feminicídio é possível pensar essas matanças que percorrem os séculos como “talvez até princípios organizadores da nossa cultura” (CALLIGARIS, 2017, C8).

A palavra da lei

Os efeitos a partir da criação de uma palavra são incontáveis. Em primeiro lugar, ela muda o mundo a ser considerado, pois apresenta uma nova faceta nunca antes simbolizada, ou narrada. Isso é o que acontece no exemplo anterior que incorpora conceitos psicanalíticos para a interpretação de matanças históricas, reivindicando outras razões para algo que adquire a conotação de uma barbárie. É como se, com a nova palavra, uma volta tenha sido dada em torno dos fatos, de modo a colocá-los em outro encaixe ou perspectiva.

Em segundo lugar, a narração da palavra se encaixa nos discursos que circulam em uma época. Esse vínculo com condições contextuais, que marcam as formações discursivas, pode ser comprovado com facilidade com a constatação de que num tempo ou lugar em que os discursos sobre direitos humanos não tivessem aceitação teria sido impossível o surgimento ou a colocação da palavra feminicídio. Ela até poderia surgir, mas não teria o efeito esperado de modulação do mundo. Ela não funcionaria como eixo classificatório e, portanto, qualificador.

Assim, reforçada pelas narrativas de matanças históricas e pelos discursos sobre respeito às diferenças, à vida e à dignidade humana, feminicídio pode encontrar lugar efetivo em nossa cultura. Ainda que os dicionários hesitem quanto a sua incorporação, o poder legislativo já concedeu a confirmação.

A LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. [...]

Femicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Ora, com o respaldo da lei, desdobram-se as ações em instituições, em organismos e funções, desde ONGs até grupos de reivindicação. Surgem pessoas dedicadas ao atendimento dos casos, políticas públicas e educativas procurando sanar ou amenizar a situação, toda sorte de providência com a presença e solidariedade de cidadãos, em alguns casos treinados para manter esse olhar crítico que não mais vê a morte de mulheres como algo de natureza ocasional. Sobretudo, abre-se espaço para manifestações contra as atitudes que remetem à consideração da mulher como objeto de apropriação, ou melhor, à sua desconsideração.

Enquanto escrevo este artigo, em 30 de novembro de 2017, ao fechar meu e-mail abrigado pela UOL, deparo-me na página UOL Notícias com o artigo “Humilhação no transporte. Denúncias de assédio sexual em ônibus, trens e no metrô de São Paulo crescem 650% em cinco anos”, de Luís Adorno.

O número de denúncias de assédio sexual no transporte público vem crescendo anualmente no Estado de São Paulo. Em 2017, já foram 514 casos – um aumento de 650% em comparação aos registros de 2012. Eles ocorrem em ônibus municipais, intermunicipais e rodoviários, trens e no metrô. As abordagens vão desde toques sem consentimento a ejaculações e até penetrações.

Especialistas entrevistados pelo UOL afirmaram que os números refletem principalmente um aumento no número de notificações. Ele estaria acontecendo devido a uma maior conscientização da população sobre o problema do assédio sexual – tendência que pode ser atribuída, em parte, a campanhas publicitárias e à abordagem do assunto na mídia (ADORNO, 2017, *online*).

Lembremos das palavras de Contardo Calligaris indicando que esse tipo de atitude, a do assédio, dever ser vista, antes de mais nada, não como atração irresistível, mas como abjeção que se resolve, ou se manifesta, por apropriação, por destituição ou por eliminação.

Contudo, atentemos para o magnífico exemplo de modulação do mundo com as palavras que é a lei ao contemplar o feminicídio. Aliás, com a Lei Maria da Penha essa modulação já ensaia alguns passos. Mas aqui vemos que o feminicídio se desprende dos outros latrocínios para ser um tipo específico de crime, ou seja, ter uma especial conotação. Tal especificidade dá abertura ao desdobramento de blocos que, por sua vez, isolam outros tipos de violência contra a mulher.

É assim que, hoje em dia, fala-se em *gaslighting*. O termo tem sua origem na peça teatral *Gas Light*, de 1938, que discorre sobre o assunto. Trata-se de um tipo de violência muito sutil: o abuso psicológico que leva a mulher a ter alterada a sua percepção da realidade, a duvidar de si mesma, de sua memória e sanidade.

Entre as palavras e as coisas: as instituições, as estatísticas

E a palavra vai desdobrando-se, repartindo-se em efeitos, materiais ou não. Os levantamentos para rastrear a situação atual da violência contra a mulher, ou da violência de gênero que paira sobre o feminicídio, são abundantes. Todos eles são marcados pelo envolvimento de instituições já existentes, que incorporam o assunto dentre seu leque de interesses, e por instituições nascidas/geradas pelo surgimento desse ponto de fusão de significados: a nova palavra.

Em relação aos casos brasileiros, recorremos a dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, que apontam o índice de 13 assassinatos

de mulheres por dia, e aos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que mostram um panorama em que uma mulher é violentada a cada 11 minutos. O levantamento do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta 5 estupros por hora em 2016. Trazemos aqui partes de outros levantamentos e testemunhos que vão tateando a questão e de certa forma desenhando seus limites.

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875.

Na mesma década, foi registrado um aumento de 190,9% na vitimização de negras, índice que resulta da relação entre as taxas de mortalidade branca e negra. Para o mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (ONUBRASIL, 2016).

Levantamentos como o acima acrescem dados que correm ao lado da violência de gênero, a saber, a etnia como uma condição de fragilidade, entre seus pares e na relação com a raça branca. Outros, como o apresentado a seguir, trazem uma perspectiva comparativa, do passado ao presente, assinalando a progressão dos casos.

Pesquisa feita pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência aponta aumento expressivo no percentual de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica. De acordo com o levantamento, de 2015 para 2017, o índice passou de 18% para 29%. A pesquisa, feita a cada dois anos desde 2005, sempre apontou resultados entre 15% e 19%.

“Eu gostaria muito de estar relatando a diminuição da violência que as mulheres sofrem diariamente, mas, infelizmente, essas pesquisas têm demonstrado, comprovado, o quão significativo tem sido o aumento da violência contra as mulheres” – lamentou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em pronunciamento sobre os resultados da pesquisa.

No levantamento foram ouvidas, por telefone, 1.116 brasileiras, no período de 29 de março a 11 de abril. Foram feitas perguntas sobre violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, machismo e disposição das mulheres de denunciar, entre outros. A margem de erro é de três pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Para a diretora da Secretaria de Transparência do Senado, Elga Lopes, responsável pelo relatório, os números preocupam pelo aumento, mas também podem indicar que as mulheres têm denunciado mais a violência sofrida. Ela citou diversos casos recentes de denúncias envolvendo artistas, que podem ter encorajado as mulheres a denunciar seus agressores (SENADO FEDERAL, 2017).

Há levantamentos que rastreiam comparativamente a partir de diversos vetores. Na sequência são ponderadas as situações num plano mundial:

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), estima-se que 35% das mulheres em todo o mundo já tenham sofrido qualquer violência física e/ou sexual praticada por parceiro íntimo ou violência sexual por um não-parceiro em algum momento de suas vidas. Ao mesmo tempo, alguns estudos nacionais mostram que até 70% das mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo.

A ONU (Organização das Nações Unidas) calcula que de todas as mulheres que foram vítimas de homicídio no mundo em 2012, quase metade foram mortas pelos parceiros ou membros da família.

Estudo realizado em Nova Deli em 2012 mostrou que 92% das mulheres indianas relataram haver sofrido algum tipo de violência sexual em espaços públicos ao longo da sua vida e 88% declararam ter sido alvo de algum tipo de assédio sexual verbal (incluindo comentários indesejados de natureza sexual, assobios ou gestos obscenos) (COMPROMISSO E ATITUDE, 2016).

Esse mesmo sítio traz um mapa comparativo da situação em diversos países:

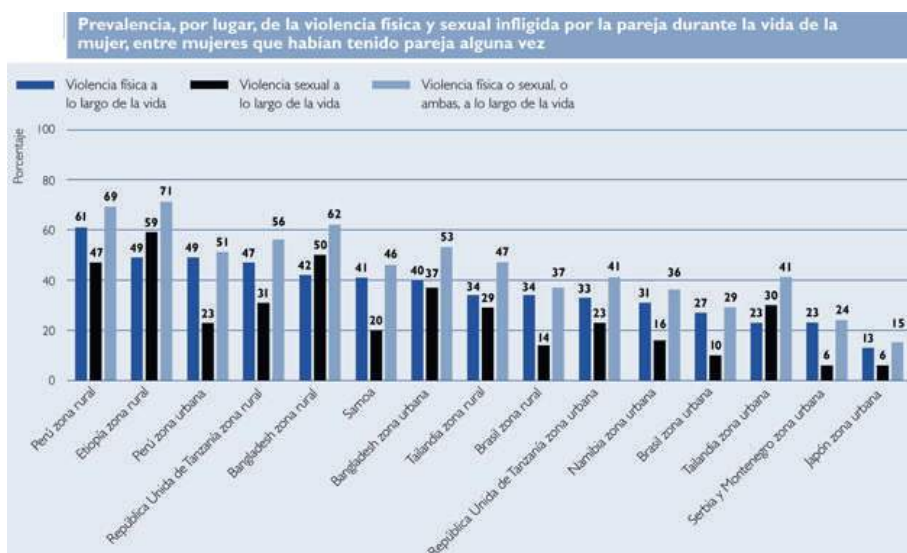


Imagem 1. Prevalência, por lugar, da violência física e sexual infligida pelo parceiro durante a vida da mulher, entre mulheres que haviam tido parceiro alguma vez. Fonte: Compromisso e atitude (2017)

O mapa acima apresenta interesse em virtude do apontamento dos países em que a situação é mais crítica. Mais generalista, por focar a violência como um todo, mas mais atualizado que o anterior, é o mapa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.



Imagem 2. Atlas da violência 2017. Fonte: Instituto de pesquisa econômica aplicada (2017)

Em meio a dados tão contundentes, o Banco Mundial, como exemplo máximo das instituições que vão assimilando para si parcela do entorno do feminicídio, empenhou-se em longa pesquisa a procura de soluções para enfraquecer a violência de gênero.

Banco Mundial analisa iniciativas eficientes contra violência de gênero

Atividades devem ser de longo prazo e envolver toda a comunidade, segundo análise feita em 290 avaliações de impacto.

A pesquisa encontrou 27 intervenções em todo o mundo que diminuíram a violência contra mulheres e meninas.

O Banco Mundial apresentou no final de setembro (23), em Brasília, durante o 10º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os resultados de uma pesquisa global que mostra as práticas mais eficientes contra a violência de gênero.

O trabalho, realizado desde 2012 com a Universidade George Washington, nos Estados Unidos, revela alguns pontos em comum entre essas práticas. Elas duram pelo menos seis meses, investem em comunicação e abrangem toda a comunidade, mulheres e homens, desde a infância até a terceira idade. No caso dos países mais pobres, ainda associam atividades de desenvolvimento econômico, como microcrédito para mulheres, à capacitação sobre igualdade de gênero.

Para chegar às conclusões, a equipe de estudos analisou 290 avaliações de impacto e encontrou 27 intervenções que de fato diminuíram a violência contra mulheres e meninas.

Oitenta por cento delas estão nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos e no Canadá. Mas os pesquisadores também encontraram na América Latina, mais especificamente na Costa Rica, boas iniciativas para diminuir os feminicídios (ONUBRASIL, 2016).

Com a palavra: as mídias

Dia 25 de novembro foi apontado como Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres ou dia da Não-Violência Contra a Mulher, em 1999, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. A data homenageia as irmãs Mirabel, Minerva, Pátria e Maria Tereza, ativistas contra a ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, assassinadas em 25 de novembro de 1960.

Esse é o dia em que as mídias saem, já como tradição, atrás do mapeamento da situação, procurando determinar, a partir de quadros como os acima mostrados, o impacto da violência na vida social em termos de custos e de políticas sociais implementadas. Ao mesmo tempo, esse é também o dia em que se trata de entrevistar e contabilizar a situação a partir da opinião colhida, a partir do abalo causado na vida das pessoas diretamente envolvidas, na vida de familiares, na vida das diversas faixas etárias, sobretudo das crianças, sujeitas à violência.

Claro que durante todo o ano as mídias divulgam e condenam os casos de violência de gênero. A elas podemos atribuir esse grande feito social do aumento de casos. Pois, como se mencionou anteriormente, não podemos dizer que no crescendo apontado pelos gráficos ou mapas esteja o sinal de aumento da violência contra as mulheres. Mas podemos presumir, com segurança, o sinal de mais conscientização, até mesmo de percepção aguçada do que seria a violência contra as mulheres (lembramos do *gaslighting*) que resulta num crescendo de denúncias.

Há reportagens extensas e cuidadosas, como as que *El País Brasil* tem feito com Notícias sobre a Violência de Gênero, ao longo do ano, e, em particular, em novembro no dia 25. Nesse dia há manifestações nas redes sociais e nas ruas; há presença explícita de coletivos que se organizam solidariamente em prol da luta contra a violência de gênero. Nesse dia a palavra feminicídio atinge seu ponto máximo de eficácia no desenho do mundo e mostra seu poder simbólico, pois faz bandeira.

Referências

ADORNO, L. Humilhação no transporte. Denúncias de assédio sexual em ônibus, trens e no metrô de São Paulo crescem 650% em cinco anos. *Uol Notícias*. 30 nov. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/T4hKc9>. Acesso em: 08 ago. 2018.

ADAM, J.-M. Une alternative au "tout narratif": les gradients de narrativité. *Recherches en communication*. Université Catholique de Louvain.V. 7, p. 11-35, 1997.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Casa Civil. *Lei 13.104 de 09 de março de 2015*. Disponível em: <https://goo.gl/jRf2i8>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRUNER, J. *Fabricando histórias*. Direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

CALLIGARIS, C. Garotas têm razão em temer homens que alimentam o ódio do feminino. *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, C 8, 02 nov. 2017.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOMSKY, N. *Linguagem e mente*. Brasília: EdUnb, 1998.

CHOMSKY, N. *Modular approaches to the study of the mind*. San Diego: San Diego State University Press, 1984.

COMPROMISSO E ATITUDE. *Alguns números sobre a violência contra a mulher no mundo*. 18 out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/J8A7WC>. Acesso em: 4 dez. 2017.

GOMES, M. Constância das Narrativas. *Revista Leituras do Jornalismo*. V. 2, n. 4, p. 32-47, jul./dez. 2015.

IPEA. *Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil*. Disponível em: <https://goo.gl/XgxJ36>. Acesso em: 4 nov. 2017.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

ONU BRASIL. *Banco Mundial analisa iniciativas eficientes contra violência de gênero*. 05 out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/we7SkS>. Acesso em: 4 nov. 2017.

ONU BRASIL. *ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. 09 abr. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ofgw5p>. Acesso em: 30 nov. 2017.

SENADO FEDERAL. *DataSenado aponta aumento no percentual de mulheres vítimas de violência*. 08 jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/RS1a81>. Acesso em: 30 nov. 2017.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1996.